

50 ANOS DEPOIS...E OS MILITARES, AINDA SÃO OS MESMOS?*

Perdoem a falta de folhas
Perdoem a falta de ar
Perdoem a falta de escolha
Os dias eram assim...
(Victor Martins)

Suzeley Kalil Mathias**

RESUMO: Passados 50 anos do abril de 1964, considerando as forças armadas entre os protagonistas principais daquele roteiro que colocou um ponto final a um governo eleito, o objetivo neste texto é tecer algumas considerações sobre o golpe, buscando compreender os avanços e os recuos na avaliação mesma do fenômeno da tomada de poder em 1964, bem como sua apresentação para a história. Ademais, e paralelamente, indaga-se sobre a construção do consenso, tanto teórico quanto da ação, em torno do inimigo comunista de caráter interno alimentado pelas forças militares.

PALAVRAS-CHAVE: Golpe de 1964, Brasil, anticomunismo, militares, história política

ABSTRACT: 50 years after 1964, april, the aim of this paper is to present some considerations on the controversy about military forces, trying to understand the progress and the decreases in the same

* Este texto foi produzido quando estava como Visiting Scholar na Universidade de Waikato (Nova Zelândia), com bolsa CAPES, onde estivemos a convite do dr. Daniel Zirker, cuja arguta sabedoria foi fundamental para o resultado que ora apresentamos. Sou profundamente grata ao professor Zirker por todo seu apoio. Não é demais lembrar que é minha a responsabilidade por qualquer imprecisão ou erro aqui contidos.

** Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP. Professora da graduação e pós-graduação em Relações Internacionais, membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), da UNESP e pesquisadora Pq-2 do CNPq. E-mail: suzeley.kama@gmail.com

assessment of the phenomenon of taking power in 1964, and its presentation to the story. In addition, and in parallel, it inquires about building consensus, both theoretical and action around the communist enemy of national character.

KEY WORDS: 1964' coup; Brazil, anticomunism, military, political history

INTRODUÇÃO

Neste 2014, completou-se 50 anos do golpe de 1964, movimento de invasão política que ainda hoje causa debates e controvérsia, pois nem mesmo se chegou a um acordo sobre a data do acontecido. Estudiosos de uma mesma escola, muitas vezes discordam ao avaliar o que foi aquela tomada arbitrária do poder. E qual o termo sintetizaria aquela reversão no poder? Para alguns, revolução, porque mudou não apenas o governo, mas a forma de fazer política no Brasil; contra-revolução, porque funcionou como uma antecipação ao que se previa ser uma revolução política dirigida desde o governo central, com João Goulart na liderança; golpe de Estado, que, do ponto de vista da tomada do poder é o mais preciso conceitualmente, mas nem tanto quando o que se analisa é o processo, o que veio em seguida; momento brumário, quando se quer ressaltar a falta de governo e de hegemonia de classe; ditadura, para sublinhar o que se instalou depois do 31 de março ou 1º de abril, etc.

Diferentemente da discórdia que cerca a conceituação do que se iniciou nos primeiros meses de 1964, há um ponto comum às análises, sem importar a cor de cada uma, é geral a concordância sobre a construção do inimigo a combater, sobre a crença que moveu as forças de direita e galvanizou os setores militares em torno da derrubada de João Goulart: o grande inimigo era o comunismo. Assim, reproduzia-se domesticamente a divisão que pouco antes quase provocara a terceira guerra mundial com a crise dos mísseis de 1961.

Passados 50 anos da fatídica data, considerando as forças armadas entre os protagonistas principais daquele roteiro que

colocou um ponto final a um governo eleito, o objetivo neste texto é tecer algumas considerações sobre a controvérsia acima indicada, buscando compreender os avanços e os recuos na avaliação mesma do fenômeno da tomada de poder em 1964, bem como sua apresentação para a história. Ademais, e paralelamente, indaga-se sobre a construção do consenso, tanto teórico quanto da ação, em torno do inimigo comunista de caráter interno.

Na análise destes 50 anos, propõe-se uma cronologia que apresenta a hipótese geral deste trabalho: se do ponto de vista civil e institucional chegamos a um governo democrático que aponta para a consolidação do regime; do ponto de vista de criar forças armadas democráticas, isto é, que privilegiem valores como tolerância ao conflito e respeito pela diversidade,¹ estamos longe de poder falar em consolidação. Ademais, como se pretende mostrar ao longo do texto, as grandes mudanças aconteceram nos últimos 20 anos – praticamente o mesmo tempo que durou o governo dos generais-presidentes –, considerando que nos primeiros 10 anos (1994-2004), o avanço aconteceu no âmbito institucional, enquanto no mais recente decênio (2004-2014) as mudanças foram mais profundas, atingindo a cultura nacional. Porém, reforçando o que já se disse, defende-se que estas mudanças não penetraram o suficiente no coração das forças armadas, mantendo-as reticentes quanto ao passado imediato.

1 Como em outros trabalhos já se colocou, a doutrina militar que sustenta o autoritarismo está baseada na introjeção negativa dos 3 “Ds”: não duvidar, não divergir, não discutir; enquanto a doutrina democrática constituir-se-ia pela introjeção de valores positivos, condensados no respeito pelo conflito e, por conseguinte, baseando a ação no diálogo e na tolerância. Cf. RATTENBACH, B. El sistema social-militar en la sociedad moderna. Buenos Aires: Pleamar, 1972.

1964-1985: A NOITE QUE DUROU 21 ANOS²

Em um trabalho sobre os 50 anos do golpe militar, e dados os objetivos do texto, dever-se-ia iniciar já pelos anos finais. No entanto, o anticomunismo foi o grande cimento, para não dizer verdadeiro mote, para o movimento que recém completou meio século, razão pela qual se entende necessário apresenta-lo aqui. Destaque-se, também, que recentes pesquisas e abertura de arquivos jogaram luzes sobre o evento, dando maior legitimidade, portanto, para sua menção.

Os primeiros dez anos resultantes do golpe de 1964, devem ser divididos em dois momentos. Os primeiros 4 anos, entre o golpe e o AI-5, a implantação do regime foi quase envergonhada, para usar as palavras de Elio Gaspari (2002). Também a população assistiu perplexa à queda de Goulart e ao fim das liberdades democráticas. Do ponto de vista interno às forças armadas, foi o momento de maior expurgo, com cassações e prisões arbitrárias de seus membros, no intuito de cortar na própria carne qualquer possibilidade de oposição militar (Cunha, 2010).

As mais recentes pesquisas, em particular a dirigida por Peter Kornbluh,³ comprovam que entre 1961, quando da tentativa fracassada de golpe militar, e 1964, quando depuseram Goulart, houve tempo para criar as condições para impedir que a acanhada democracia brasileira ganhasse fôlego, transformando-se em mecanismo de inclusão social. Testemunhos como os de Almino Afonso (2014) e os colhidos pela Comissão Nacional da Verdade (iniciada em 2011 e ainda em andamento), mostram que ao longo daqueles três anos se montou um verdadeiro aparato de guerra contra o que entendiam que seria a resistência popular em apoio a Jango.

2 Parafraaseia-se o título do documentário dirigido por Camilo Tavares O dia que durou 21 anos (2013), porque entende-se que tal representa o espantamento frente ao que se imaginava seria mais uma quartelada entre as tantas conhecidas no Brasil. Ademais, remete-se, assim, ao próprio filme, que é uma boa peça visual do que significou a construção do comunismo no consenso que alimentou o golpe e seus desdobramentos. Adota-se “noite” ao invés de dia na busca por sublinhar a jornada de trevas imposta ao país.

3 Peter Kornbluh dirige projeto sobre os Arquivos Brasileiros no National Security Archive, George Washington University.

Como bem avalia Chirio (2012), desde muito antes, vinha-se criando no interior das forças armadas a noção do inimigo interno comunista, aproveitando a própria formação dos militares brasileiros contra os movimentos populares, que moveu as forças de direita e galvanizou os setores militares em torno da derrubada de João Goulart: o grande inimigo era o comunismo. Assim, reproduzia-se domesticamente a divisão do mundo entre os pró-soviéticos ou pró-(norte) americanos, como se pôde ver em 1961, em Cuba.

Se no mundo estávamos no ocidente americano e, portanto, nosso destino era seguir os EUA por meio da adesão à democracia liberal, tínhamos por dever “proteger” nossa cultura da forma esdrúxula que ganhara fôlego no leste europeu, com os comunistas, termo que servia para classificar qualquer grupo entendido como “de esquerda”, isto é, toda a oposição ao liberalismo capitalista era imediatamente tomado como um “terrível inimigo comunista” a ser combatido.

Conforme aponta Martins Filho (2004), esse novo papel militar não nasceu em 1964, mas foi pacientemente gestado no pós-30, vencendo as divisões profundas que eram corriqueiras no meio castrense e criando espaço para que as Forças Armadas agissem de forma autônoma relativamente às outras forças sociais. Em apoio a esta tese, Rodrigo Patto (2004) argumenta que o que unificou a todos contra o governo de João Goulart (1961-1964) foi o *anticomunismo*. No entanto, quais os fatores que levaram a tal união e que alcançou tão extenso espectro geopolítico? O caráter internacional dos movimentos socialistas em contraste com o nacionalismo militar não é suficiente para compreender tal fenômeno, mesmo porque dentro do próprio movimento socialista a visão de ‘exportar a revolução’ não era consensual, muitos dos quais, incluindo a URSS, entendiam que o mais importante era a implantação e consolidação do sistema em um país para somente depois ele avançar para o exterior.

No terreno da conjuntura mundial, vivia-se o desgaste das expectativas do imediato pós-II Guerra Mundial e o crescimento da ideologia de divisão do mundo entre o ocidente capitalista e democrático e o liderado pela URSS, socialista e ditatorial.

Com a vitória da revolução cubana, a divisão ideológica do mundo desenvolveu-se ainda mais, provocando o acirramento do anticomunismo no Brasil. Ninguém ficou imune. Os movimentos sociais tornaram-se mais agressivos, apoiando ou opondo-se ao ‘comunismo’. Ainda assim, todos concordavam, da esquerda à direita, que o Brasil não estava preparado para tal experiência, daí a união de forças contra os ‘comunistas’.

No interior das Forças Armadas, as divisões internas foram identificadas justamente com o comunismo que se infiltrava nas suas fileiras ao longo das duas primeiras décadas do século XX, divisões que encontraram seu apogeu no movimento dos tenentes e que, aos olhos castrenses, fora vencido pelas reformas promovidas no pós-30. Ainda assim, ao longo de todo esse período, e em particular na década de 1950, como as eleições do Clube Militar exemplificavam, outra divisão ganhava fôlego, esta em torno do caminho do desenvolvimento nacional.

Quanto ao projeto de desenvolvimento, o golpe de 1964 também derrubou a hipótese da teoria da modernização, segundo a qual o desenvolvimento econômico e industrial levaria à democracia e à maior igualdade. Ao contrário, os regimes autoritários do continente deram vasilão à hipótese que o desenvolvimento industrial pode acontecer concomitantemente ao aumento da desigualdade e na presença de regimes políticos autoritários. Daí ao convencimento das Forças Armadas, foi um curto passo.

A conjuntura interna destes anos, impulsionada pelo otimismo pós-guerra que apontava para o crescimento do emprego e da participação política, levou à experiência do trabalhismo, aqui conformado ao populismo, que vendia a ideologia que agora os trabalhadores teriam voz num país que havia sido construído e mantido na exclusão política e social. Como expressão de um período de transição, o populismo objetivava integrar as classes populares à vida política por meio da ação voluntarista do Estado. Contudo, essa integração dar-se-ia no mesmo diapasão da promovida anteriormente, uma dominação sem a utilização constante da força, mas com a mesma divisão de classes sociais.

Como resultado não planejado, porém, os sindicatos e

os movimentos populares no campo e na cidade cresciam, amedrontando aqueles que pregavam “façamos a revolução antes que o povo a faça”.⁴ Foi neste cenário que as diferentes ideias nacionalistas ganharam solo fértil. Foi nesta conjuntura que as Forças Armadas, com o Exército à frente, sempre percebendo-se a si mesmo como o grande responsável pela unidade nacional, pela integração do povo e, o que é mais importante, percebendo-se como a única instituição do próprio Estado, perseguiu transformar a “política no Exército” na “política do Exército”, na célebre frase de Góes Monteiro (In Coutinho, 1955).

A acomodação das divergências no interior da força terrestre para uma visão única e coesa sobre o papel do Exército na política nacional acontece justamente entre 1930 e 1961. Essa última data, embora represente o fracasso militar frente ao poder civil,⁵ mostra aos atores fardados a importância não apenas de chegar ao poder, mas reformá-lo. O ‘projeto’ para fazê-lo é dado pela única força ideológica que unifica não apenas o meio castrense, mas também traz para a mesma arena todas as forças sociais reticentes à política trabalhista: o anticomunismo.

É verdade que o prefixo “anti” significa contra alguma coisa e, portanto, é uma definição negativa que implica em uma noção, ainda que provisória, daquilo que contrariamos. Entretanto, não existia entre aqueles que apoiaram o golpe, desde os militares, passando pelos empresários, até a direita católica, setor que comungasse uma definição de ‘comunismo’ ou ‘comunista’. Ao contrário, justamente a falta de precisão na forma de encarar o fenômeno permitiu a amplitude da força que sustentou o golpe. Por isso, todos os atores encaravam a modernização, ou qualquer postura contra a livre iniciativa ou a propriedade privada, como interferência indevida porque externa aos valores nacionais e, portanto, todos que defendiam medidas como estas eram ‘comunistas’, pois propunham soluções semelhantes àquelas

4 Frase atribuída ao governador de Minas Gerais Antonio Carlos, representativa da Revolução de 1930, na qual ele foi um dos protagonistas.

5 Com a renúncia de Jânio Quadros após 7 meses de exercício na Presidência e estando seu vice, João Goulart, em missão na China, as Forças Armadas ensaiaram tomar o poder, mas não tiveram respaldo suficiente e negociaram com Jango sua posse sob o Parlamentarismo (Castro e D’Araújo, 1997, pp. 135ss.).

adotadas pela URSS. Assim, o anticomunismo unia a todos que se colocavam contra Jango, ainda que nem todos defendessem (ou mesmo esperassem) a permanência dos militares no poder. Essa a razão do anticomunismo ser o “cimento do golpe”. Nessa direção, Rodrigo Patto (2004) diz:

(...) Desta forma, o temor ao comunismo foi o “cimento” da mobilização anti-Goulart, o elemento que propiciou a unificação de setores heterogêneos numa frente favorável à derrubada do Presidente. O objetivo principal não era dar um golpe, mas combater os comunistas. O recurso à solução autoritária era um meio para eliminar a “ameaça comunista” e não um fim. Parcelas mais conservadoras e radicais da “frente anticomunista”, certamente, desejavam o autoritarismo em si, enquanto alguns agentes recusavam qualquer alteração na ordem social e econômica. Outros tinham como principal preocupação colocar fim às políticas nacionalistas e estatistas ensaiadas por Goulart. Porém, suas opiniões não tinham capacidade de obter consenso entre as elites sociais e setores moderados e conservadores. A única posição unânime era a recusa à ‘comunização’.

Por outro lado, no interior das Forças Armadas, crescia o descontentamento quanto à visão largamente nutrida pelos setores civis de que o setor castrense representava um dique ou, numa referência ao Império brasileiro do século XIX, um poder moderador diante da política (STEPAN, 1975). Ao contrário, vencidas as divergências internas – o que aconteceu concomitantemente à promoção da quebra do pilar hierárquico representado pelas revoltas de setores subalternos apoiadas por João Goulart –, cabia-lhes, do ponto de vista interno, conduzir a política nacional aos trilhos anteriores, impedindo a ascensão do ‘comunismo’, representada pelas reformas de base propostas pelo Presidente.

Nas falas daqueles que protagonizaram o golpe, as forças militares, com o Exército à frente, assumem sua ‘missão histórica’, impedindo a ‘revolução comunista’ por meio de uma ‘contra-revolução preventiva’ (sic.), que garante o desenvolvimento político do Brasil nos moldes escolhidos por seu povo, de forma ‘ordeira’, dentro da ‘democracia’, e que caminha para o desenvolvimento

econômico e social de modo a garantir os ‘valores nacionais’ contra os ‘inimigos internos’. A defesa dos valores nacionais é assumida pelos militares, enquanto a desordem era representada pelos ‘comunistas’ e ‘desordeiros’, que só desejavam a ‘subordinação do Brasil às nações estrangeiras, lideradas pela URSS’. Por conseguinte, o golpe de 1964 representou uma ‘revolução preventiva’ contra a ‘comunização’ nacional (D’ARAUJO et.al., 1994).

Em outras palavras, por um motivo ou por outro, particularmente o período compreendido entre 1961 e 1964, pode ser avaliado como de grande avanço nas condições objetivas e também nas subjetivas que levaram à vitória do golpe. Não que todos quisessem a mesma solução, a construção de uma ditadura de base militar que duraria 21 anos (considerando o término do autoritarismo burocrático como a ascensão de um civil ao poder, independentemente de sua identidade político-ideológica). Porém, todos queriam se livrar das reformas que propunha Goulart, da abertura do cenário político para todos os cidadãos, de uma nova definição de cidadania, o que implicava na incerteza dos resultados eleitorais e na construção de elites diferentes daquelas que sempre dirigiram o Estado brasileiro.

Como largamente conhecido, a partir de 1968, a ditadura feroz se instalou. Ou, para repetir novamente Elio Gaspari (2003), a ditadura tornou-se ‘escancarada’, superando a vergonha dos primeiros momentos. A partir de então, as forças armadas transformaram-se nos ‘capitão do mato’ cujo exercício sempre recusaram como função, mas que, juntando-se aos seus subordinados das diferentes forças policiais, assumiram e muitas vezes dirigiram. Caçaram guerrilheiros imaginários e reais nas selvas de pedra e nos confins do país, como no Araguaia e no Caparaó. Torturam, mataram e perseguiram sem nenhum escrúpulo, transformando em ordem do dia o que o general Carlos Luís Guedes, comandante do então IV Exército (Minas Gerais) dizia logo depois do golpe “Aqueles que não amam a revolução, devem ao menos teme-la”.

Quando completou 10 anos, em 1974, subia ao poder o general Ernesto Geisel, prometendo a “distensão lenta, gradativa

e segura” que, nas palavras do presidente, indicavam o superação do Ato Institucional 5 concomitantemente à promulgação de uma lei de anistia, com o objetivo de manter a ordem e a legalidade conquistada. Chegado ao final de 10 anos marcados por cassações de lideranças de todas as cores, até mesmo de Auro de Moura Andrade, presidente do Congresso Nacional que decretou a vacância da Presidência do país com Jango em território nacional, são muito bem sintetizados nas palavras de Wagley, antropólogo norte-americano que se sentia brasileiro orgulhoso em 1964, mas nem tanto em 1971, quando afirmou:

Se eu fosse brasileiro (...) estaria profundamente preocupado com as próximas gerações, que foram privados da liberdade acadêmica e das aulas de seus melhores professores. De onde virão as futuras lideranças? Se eu fosse brasileiro, eu estaria profundamente angustiado com a erosão das instituições políticas civis (...) (Wagley, 1971: 311, grifos no original)⁶

O temor de Wagley se confirmou após os 21 anos dos gerais do poder, com a falta de escolha indicada na poesia de Victor Martins.⁷ Pode-se aventar aqui que, mesmo se a emenda Dante de Oliveira, que propunha eleições diretas à Presidência da República tivesse sido aprovada em 1984, os resultados não teriam sido diferentes, basta olhar para as lideranças daquele momento, todas elas estavam já então corroídas pela idade avançada. Importa recordar que as eleições diretas interessavam menos à oposição civil consentida – os partidos que se formaram pela dissolução da Arena – do que aos próprios militares. Apesar disso, os constrangimentos impostos ao Congresso Nacional, com a decretação do Estado de Emergência em Brasília, e o ministro do Exército, general Walter Pires, estacionando obuses na Esplanada dos Ministérios, cumpriram o papel de impor uma

6 Tradução nossa: “If I were a Brazilian, I would be deeply worried about the next generation, who are deprived of academic freedom and of the teaching of many of their best professors. Where will the leaders of the future come from? If I were a Brazilian, I would feel deeply concerned with the erosion of civilian political institutions (...)”

7 Conforme reproduzido na epígrafe inicial, retirada de “Aos nossos filhos”, letra de Victor Martins, música por Ivan Lins e imortalizada na voz de Elis Regina.

cortina de fumaça à falta de liderança.

Vendo em retrospectiva, alguém é capaz de acreditar ainda hoje que os grandes nomes da transição, com Ulysses Guimarães e Tancredo Neves à frente, ambos conhecidos negociadores desde os idos de 1961,⁸ apoiariam algum candidato sem antes consultar a caserna? Outro fato curioso que ajuda a compreender a inexistência de lideranças produto da falta de educação política, é que o então presidente, general João Figueiredo, informou que não compareceria à cerimônia de passagem do governo para um “traidor”, em referencia a José Sarney, e não a Tancredo Neves.⁹

TRANSIÇÃO EM DOSES HOMEOPÁTICAS

A permanência das lideranças políticas de 20 anos antes explica, em grande parte, a pouca ousadia do avanço de medidas que implicassem algum controle sobre as forças armadas, ao menos nos primeiros anos após a saída castrense do centro do poder político. Não é de admirar, portanto, que no governo José Sarney tenha-se mantido a mesma estrutura autoritária, tendo seu governo apoiado estritamente a convocação de um Congresso Constituinte e não uma Assembleia autônoma para desenhar uma nova Constituição.

A chamada Lei de Anistia (Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979), e o conseqüente retorno dos exilados permitiu, ao menos em parte, a renovação das lideranças políticas. Porém, os jovens desconhecidos que partiram para o exílio tinham ainda um grande caminho a percorrer antes de poder chegar ao centro de poder. Mesmo o Partido dos Trabalhadores, liderado pelo ex-presidente

8 Tanto Ulysses Guimarães quanto Tancredo Neves foram colegas do PSD, sendo o primeiro secretário do segundo quando este assumiu o cargo de Primeiro Ministro na solução parlamentarista imposta a Goulart em 1961. Ao primeiro é atribuída a frase que teríamos uma “transição em doses homeopáticas”, nas conversações que teria tido com o então ministro Golbery do Couto e Silva, negociando o projeto distensionista de Geisel.

9 Conforme uma das muitas anedotas que entrou para a história política do Brasil, e como prometera, o presidente João Figueiredo deixou o Palácio do Planalto pelos fundos, justamente para não passar a faixa presidencial para José Sarney, que simboliza a posse do novo governo da República.

do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, tinha formação muito recente para representar alternativa palatável de poder. Além disso, naqueles anos 1980, com a economia brasileira emparedada pela dívida externa e pela inflação galopante, e sob a vigência das mesmas regras políticas dos anos autoritários, cada passo à frente foi realizado a duras penas.

Do ponto de vista que aqui interessa, importa dizer que os militares foram muito bons negociadores ao longo do processo de feitura da nova Constituição. O chamado *lobby militar*,¹⁰ foi bem sucedido em todas as suas reivindicações, razão pela qual a definição de forças armadas, bem como de suas funções permaneceram praticamente intocadas relativamente à Carta de 1967, promulgada pelos generais. Assim, conforme expresso no Artigo 142, “as Forças Armadas, constituídas pela Marinha, Exército e Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob autoridade suprema do Presidente da República”, destinando-se “à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”, determinando que a regulamentação de tal função viria por lei complementar.

Uma leitura ligeira deixa claro tanto o perigo da definição quanto a ambiguidade das funções que o constituinte imprimiu às forças armadas na Constituição. Do ponto de vista imediato, pouco mais de um mês depois da Carta entrar em vigor, o Exército atendeu a iniciativa do juiz local (primeira instância) para controlar uma greve com ocupação da siderúrgica em Volta Redonda (RJ), o que resultou na morte de três metalúrgicos, enfatizou a pouca astúcia dos legisladores que, não atentando para a falta de precisão em determinar a missão militar, permitia uma autonomia maior que o próprio AI-5 havia previsto (Guzzi & Mathias, 2010: 51).

Com a parcimônia das elites brasileiras, a nova Carta inaugurou a época das reformas legais, negociando passo a passo os limites da autonomia militar vis-a-vis o exercício da autoridade

10 Acompanhamento detalhado da ação dos militares no processo constituinte está em Oliveira, Eliézzer R. (1987). “Forças Armadas, constituinte e autonomia militar”. In Quartim de Moraes, João et. al. As Forças Armadas no Brasil. R.J., Espaço e Tempo.

civil. Neste aspecto, cabe lembrar que, como bem apontou Ernesto López (1994), o que marcou as relações civis militares no processo de transição foi muito mais a cessão de autonomia militar que a efetiva vontade política de exercer autoridade.

Nesse sentido, a Lei Complementar 69, sancionada em 30 de julho de 1991 – portanto, três anos e meio após a tragédia de Volta Redonda –, submeteu ao presidente da República a responsabilidade por acionar as forças armadas em operações de garantia da lei e da ordem (GLO), atendendo a iniciativa dos demais poderes ou por sua própria vontade. Ao concentrar a decisão no vértice dos poderes, ao mesmo tempo que a palavra final caberia ao presidente, reforçava-se a cadeia de comando, pois o emprego da força armada estaria sempre à cargo do seu comandante-em-chefe.

Com tardia compreensão, os setores mais profissionais das forças armadas passaram a impor cada vez mais resistência ao seu emprego em questões internas, ao mesmo tempo que o governo acionava-as em situações cada vez mais frequentes, particularmente depois da Operação Eco-1992,¹¹ como são exemplos: Operação Rio (Rio de Janeiro), em 1994; contenção de movimento grevista, em 1995; greve de policiais militares, 2001. Neste mesmo ano, merece ser recordada, por prosaico, o emprego de uma guarnição de 250 soldados do Exército para proteger uma fazenda ameaçada de invasão pelo Movimento dos Sem Terra (MST) cuja propriedade era dos filhos do então presidente, Fernando Henrique Cardoso. Nesse caso, tendo sido interpelada, a Justiça condenou o presidente a devolver os gastos com os militares aos cofres da União (*O Estado de S. Paulo*, 7/12/2001).

O último decênio: consolidação ou acomodação ao regime democrático?

11 Nessa ocasião, porque o Rio de Janeiro foi sede da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, a cidade recebeu delegações de mais de uma centena de países, dentre as quais 118 chefes de Estado, o governo federal, entendendo que as polícias estaduais não teriam como garantir a segurança pública, sabendo ainda que em boa parte da cidade era crescente o controle por parte dos grupos criminosos, resolveu empregar as forças armadas.

I.

Os resultados pífios e momentâneos para a segurança não foram suficientes para suspender de uma vez por todas as operações GLO, conforme se vislumbrava ao longo do primeiro mandato do governo Lula (2003-2007). Ao contrário, em dezembro de 2007, o Exército instalou-se no morro da Providência (Rio de Janeiro), para garantir a segurança do projeto *Cimento Social*, patrocinado pelo Ministério das Cidades, que promovera acordo com o Ministério da Defesa intermediado pelo senador Marcelo Crivela, conhecido político local. Como se sabe, os diferentes bairros (morros) do Rio de Janeiro eram à época, disputados por organizações criminosas distintas que, no caso da Providência, estava sob a égide do Comando Vermelho, enquanto o grupo rival Amigo dos Amigos, controlava o vizinho morro da Mineira. Segundo denúncias, em 14 de junho de 2008, onze militares faziam a segurança no primeiro, tendo levado presos ao Comando do Exército três jovens, liberados mais tarde. O tenente que comandava o grupo, não satisfeito com uma simples descompostura, ordenou que levassem os três jovens para o morro da Mineira, tendo como resultado a tortura e a morte dos três rapazes (*Folha de S. Paulo*, 30 de junho de 2008).

Há, acredita-se, duas visões embutidas no uso cada vez maior das forças armadas na segurança pública, sempre travestida de garantia da lei e da ordem. Por um lado, está a falência do Estado em solucionar os problemas de segurança pública; por outro, a cultura política autoritária, que sempre imputou papel de contenção social às forças militares (Guzzi & Mathias, 2010: 54). Tais fatores são ainda mais avolumados por duas percepções populares: a de que a burocracia pública, em especial o setor de segurança, é corrupta e que as forças armadas são, por sua própria natureza, quase imunes a isso.¹²

12 Considerando Índice de Confiança Social, desenvolvido pelo IBOPE, em 2009, as Forças Armadas ocupavam o segundo lugar, empatando com Igreja, entre 18 instituições avaliadas. Já em 2011, entre as 22 instituições consideradas, as forças armadas estão na terceira posição. Em ambos os anos, o primeiro lugar é ocupado pelo Corpo de Bombeiros e os partidos políticos ocupam o último. O mesmo índice, mas com outra metodologia, foi apresentado tanto por este instituto como pelo Datafolha ao longo dos anos 1990, com pequenas variações no lugar ocupado pelas forças armadas. Em toda a série, as forças armadas gozavam grande confiança popular, enquanto a polícia e o Congresso, sempre

A incapacidade do Estado em lidar com a segurança, todavia, não foi suficiente para impulsionar mudanças sequer na estrutura burocrática das polícias militares. Nessa matéria, sequer a legislação necessária para regulamentar em sua totalidade o Artigo 144, que trata especificamente da Segurança Pública, da Constituição de 1988, foi completada. Por isso, apesar da criação da Força Nacional de Segurança Pública (2004), não houve nenhuma alteração na estrutura organizacional ou operacional das polícias brasileiras. Embora a matéria seja merecedora de estudo aprofundado, impossível neste momento, importa sublinhar que no âmbito da segurança pública, permanece, portanto, a mesma arquitetura dos anos autoritários.

Uma rápida pesquisa nos jornais nos últimos anos, apontam que as operações GLO vem crescendo nas forças envolvidas – no início, basicamente era o Exército o responsável, tendo inclusive especializado a 11^a Brigada Militar (Campinas, São Paulo) para intervenções de Garantia da Lei e da Ordem –, no ritmo – número maior de operações em menor espaço de tempo e com maior duração – e no volume de tropas empregado. Pode-se, por isso, dizer que grande parte da política militar do governo Dilma Rousseff se resume ao emprego castrense na segurança pública. Em razão disso, na tentativa de proteger as próprias forças armadas dos erros cometidos no seu emprego no passado recente, é que veio à luz a Portaria Normativa MD 3.461/2013.

Defende-se, portanto, no referente à segurança pública, que o tema transformou-se, sob o título de operações de garantia da lei e da ordem, em verdadeira política pública federal que, não tendo à disposição uma organização semelhante aos carabineiros chilenos ou à gendarmeria francesa, passou a empregar largamente as forças armadas com esta finalidade. Interessa observar que embora tenha sido uma iniciativa dos setores castrenses terem entre suas funções constitucionais a garantia da lei e da ordem, houve e ainda há, mesmo que não abertamente verbalizada, resistência por parte das Forças em assumir tais atividades como

apresentaram índices pífios. A pesquisa é feita em 4 países: Argentina, Brasil, Chile e Porto Rico. Disponível em: http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/relatorio_ics_set.pdf, consultado em 08/04/2014

função precípua. Por isso, pode-se, portanto, considerar como uma vitória da autoridade civil em impor às forças armadas tais missões.

Ainda nesta matéria, cabe destacar que o país está na contramão do adotado entre seus vizinhos, e mesmo contradizendo suas próprias posições em fóruns internacionais. Para citar apenas um exemplo, quicá o mais ilustrativo, os Estados Unidos vêm defendendo, desde pelo menos a V Reunião de Ministros da Defesa do Hemisfério, realizada em 2002, o emprego das forças armadas em questões de segurança pública, proposta veemente rechaçada com intenso trabalho de negociação da representação brasileira (Torres, 2011). No entanto, cada vez mais esta é a principal atribuição das forças armadas brasileiras.

II.

Considerando a controvérsia apontada nos primeiros parágrafos deste texto, pode-se dizer que se a discórdia é importante e produtiva no avanço das ciências humanas que, na maior parte das vezes, se alimenta na polêmica e na desconstrução dos argumentos de outros cientistas, se é imprescindível para que novas pesquisas sejam feitas e novos documentos venham à luz; é extremadamente perigosa e até mesmo danosa na formação das novas gerações, quando muitas vezes o fato é ignorado nos anais da história e apresentado nos livros didáticos como o oposto do que é. Nesse aspecto, dentre os muitos pontos positivos, quer-se aqui destacar dois, ambos acontecidos, ou mesmo promovidos, no último decênio. O primeiro, é o fato do 31 de março ter saído do calendário oficial de comemorações das forças armadas; o segundo, cujos efeitos são de longo prazo, é a retirada dos livros didáticos oferecidos aos estudantes brasileiros do termo “revolução de 1964”.

A saída do 31 de março do calendário, parece coisa prosaica e que não merece sequer ser mencionada, não havendo, pois, razão para ser saudada. Contra tal postura cabe lembrar o que isso representa, simboliza, para as forças armadas. A data deixou de ser comemorada em 2012 e, portanto, por 47 anos os militares

viram-se a si mesmos como heróis de uma revolução,¹³ pois sempre foram apresentados como protagonistas da garantia da “ordem democrática” que se opôs ao “comunismo destruidor de lares”; como portadores do progresso que elevou o país à oitava economia do mundo; que construíram um Estado robusto e sem corrupção. Ademais, deixaram de comemorar esta data sob o comando em chefe de quem antes, quando os militares eram os heróis, era o inimigo a combater, a “comunista” e presidente Dilma Rousseff.

Na contramão desta vitória democrática, apontando a dificuldade que deixar de comemorar a data representa, vale lembrar as palavras deselegantes, mas muito eloquentes do general-de-exército Carlos Bolívar Goeller, Comandante do Comando Sul e que compareceu, fardado, às cerimônias em homenagem ao ex-presidente João Goulart em São Borja, em 06 de dezembro de 2013. Interpelado por Carlos Rollsing, repórter do Zero Hora, se sua presença no evento representava uma retratação histórica frente ao presidente, o general respondeu: “Nenhuma retratação. Nenhum erro histórico [a reparar]. A história não comete erros. A história é história”. O jornalista insistiu, e o general completou “As instituições não mudam na História. Não há nenhuma modificação em relação ao Exército”.¹⁴

As informações curriculares do general que dirigia o maior Comando do Exército Brasileiro – o antigo III Exército e hoje Comando do Sul, tendo sob sua jurisdição um quarto de todo o efetivo da força de terra nacional e 100% da artilharia autopropulsada –, indicavam que ele seria o substituto ideal do general Enzo Peri no Comando da Força, o que deveria acontecer em fins de maio. No entanto, a bravata do general, embora em

13 A controvérsia acerca se o evento em 1964 também contaminou os quartéis, limitada à discussão entre revolução ou contra-revolução, mas jamais aceitando o qualificativo “golpe militar”. No entanto, diferente do mundo civil, a centralização hierárquica se impôs, mesmo quando reconhecidos soldados nomeavam tal evento de outra forma. Talvez o mais importante contraditor tenha sido o ex-presidente Ernesto Geisel que, interpelado por D’Araujo e Castro, assentiu: Assim, na fala oficial sempre prevaleceu Revolução.

14 Segundo reprodução do Observatório da Imprensa, edição 776. Disponível http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o_general_ignorante_e_o_silencio_geral. Consultado em 15/05/2014.

princípio não tenha provocado nenhuma reação, sequer dos setores dos direitos humanos, resultou na sua passagem para a reserva em fins de maio de 2014.

A fala do general, entretanto, não está distante da realidade de como os militares enxergam o país e seus governantes. Outro exemplo do desprezo com que o setor castrense dedica aos civis e, principalmente à democracia, está na história da instalação da Comissão da Verdade. Demanda da sociedade civil desde antes mesmo do fim do regime militar, apenas no governo Fernando Henrique gerou-se o embrião com o objetivo de investigar os mortos e desaparecidos sob os chamados “anos de chumbo”. Subordinada ao ministério da Justiça, e instalada em fins de 1995, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos,¹⁵ esteve sempre na corda bamba, acumulando crises a cada reparo que fazia às vítimas do Estado, quase gerando uma crise definitiva em 1997, quando decidiu pelo pagamento de indenização à viúva de Carlos Lamarca, pois considerou que, diferente do que informara o Exército, Lamarca não fora morto em combate, mas brutalmente assassinado (*Folha de S. Paulo*, 01/05/1998).

Pode-se, portanto, dizer que a Comissão Nacional da Verdade teve uma gestação de mais de três lustros, pois apenas instalada em 2011. Recorde-se que tal instalação vinha sendo discutida desde antes mesmo da vitória eleitoral de Dilma Rousseff. E, ainda, de acordo com a Lei 12.528, teve que ampliar o período sob investigação que, como mostra um extenso estudo, resultou da negociação com os meios militares e policiais justamente para descaracterizar a identificação de seus trabalhos com uma investigação sobre a ditadura militar (WINAND & BIGATÃO, 2012).

Já o outro ponto destacado, deixar de apresentar os acontecimentos de 1964 como revolução nos livros didáticos, é muito mais importante para a construção da própria sociedade e democracia brasileiras. No entanto, neste caso, parece que a vitória foi de pirro: substituíram “revolução” não por golpe de Estado,

15 A COMISSÃO ESPECIAL (Mortos e Desaparecidos Políticos) foi instituída pela Lei 9.140/95 e instalada no Ministério da Justiça (Decreto nº 18, de dezembro de 1995), era composta por sete membros, entre os quais um representante das forças armadas.

indicando o evento; ou por ditadura, apontando o processo, e sim por “golpe civil-militar”. A expressão sempre foi utilizada, mas com muita parcimônia. Ademais, era contextualizada, indicativa do peso das elites, particularmente a industrial paulista, no desfecho da deposição João Goulart.

O uso corrente da expressão “golpe civil-militar” justamente quando parecia que se estava promovendo maior subordinação militar ao poder civil, aparece, assim, como uma forma de minimizar a participação dos militares no golpe de 1964, concedendo a eles a justificativa necessária para deixar de serem heróis: a parcela civil que participou do golpe “engambelou” os homens de farda que defendiam o Brasil do futuro comunista e inglório que o esperava.

Por evidente, é desnecessário dizer que não existe mudança política, por menor que seja, sem a presença do setor armado. Não por acaso um dos primeiros alvos de qualquer movimento revolucionário está justamente em convencer os exércitos da necessidade de sua participação. Da mesma forma, sem alguma adesão dos setores civis, não há movimento militar que se sustente por muito tempo, como exemplificou o fracasso de 1961. Assim, “golpe de estado” parece ser a expressão que melhor condensa a tomada de poder contra a legalidade. A expressão, defende-se aqui, é suficiente para mostrar o que aconteceu em abril de 1964.

Desde pelo menos 1981, quando veio à luz o excelente estudo de René Dreifuss, é largamente conhecida a participação de amplos setores da sociedade civil no golpe de 1964. Não se trata, pois, de negar sua presença. De resto, como o insuspeito Oliveiros Ferreira ofereceu, inclusive cronologicamente, desde o nascimento do Estado brasileiro, não existe evento na política nacional que não tenha contado com apoio militar; da mesma forma que nenhuma intervenção castrense foi vitoriosa sem a participação civil – novamente, o fracasso de 1961 é o exemplo mais marcante.

À diferença das intervenções anteriores, o que caracteriza o golpe de 1964, é justamente a permanência das forças armadas na própria formação do governo, impondo à administração pública

os valores destas forças *qua* instituição. Foi isso que traduziu a novidade do evento. Assim, seus desdobramentos também devem, na expressão adotada, condensar essa novidade. Os 21 anos que ali tiveram início foram diferentes de qualquer outro período ditatorial anterior. E isso deve estar presente nos livros didáticos, seja com o adjetivo militar a acompanhar o substantivo ditadura, seja pela adoção, aqui entendida como mais precisa, do conceito de Guilherme O'Donnell (1990), consubstanciado no autoritarismo-burocrático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há 50 anos um golpe militar encerrava a curta vida democrática brasileira, ao mesmo tempo que desencadeava outros movimentos semelhantes na Argentina e, já na década seguinte, no Chile e Uruguai. Em comum esses golpes tinham três elementos: foram promovidos e liderados pelas Forças Armadas enquanto instituição, as Forças Armadas permaneceram no governo, e impuseram tratamento semelhante às esquerdas, todas chamadas de *comunistas*. Assim, diferente de outros tipos de instalação autoritária, seja o caudilhismo comum ao processo de independência das colônias (século XIX), seja dos populismos e ditaduras pessoais (como o exemplo do Peru, em 1966, ou do México por todo o século XX), o golpe militar de 1964 inaugurava uma nova perspectiva política para o setor castrense. Essa nova perspectiva política tinha como pilares a burocracia e a tecnocracia como meios de arregimentação das elites do Estado, ao contrário das eleições, partidos e sindicatos do período anterior.

Em depoimento a Silvio Tender em 2013,¹⁶ Ivan Cavalcanti, militar caçado e preso em 1964 e hoje professor, enfatizou:

“Quanto ao comunismo, é a mesma coisa. As forças armadas continuam sendo formadas do mesmo jeito, basta ver as revistas [do Clube Militar, Revista do Exército, da Aeronáutica e da Marinha]. Os artigos são de um

16 Depoimento reproduzido no documentário dirigido por Silvio Tender Os militares da democracia, produzido em 2013.

primarismo obsessivo. Não é coincidência, é encomenda (...) E visitar um quartel pela manhã, qualquer um, vai ver os jovens marchando da mesma forma, com as mesmas palavras de ordem anti-comunistas”.

Comparando o que se apresentou aqui com a fala de Cavalcanti, pode-se aventar, ao menos como hipótese, que existem as condições objetivas, nos meios militares, para que seus soldados, se desejarem, continuarem a fantasiar com aventuras golpistas e anti-democráticas. Há que se reconhecer, entretanto, que se assim é, a responsabilidade, quiçá sua maior fatia, está na autoridade civil que, mesmo quando pode, não se imiscui na formação militar – o ensino nas forças armadas continua sendo matéria privativa de cada força –, além de desenhar uma política militar que tem os movimentos sociais como inimigo e a manutenção da ordem como dever das forças armadas.

Soma-se à visão prevalecente nas forças armadas, quiçá também no governo, os recentes protestos que atingiram as grandes cidades brasileiras. Iniciados com despreensão por estudantes secundaristas contra o aumento de passagens de ônibus, ganhou corpo com os chamados *black blocs* e entre a população mais carente, contando com a adesão até mesmo de setores das classes médias – esta em reação à desproporcionalidade da atuação da polícia militar na tentativa de controlar os protestos. Chama-se atenção para a característica anti-partidária, reivindicando um apolitismo impossível, de tais eventos. Mesmo tendo dificuldade de apontar suas lideranças – outra característica marcante desses protestos –, quando estas emergiam, buscavam afirmar seu conservatorismo e até reacionarismo, patente em bandeiras pedindo o retorno do governo militar.

A reação do Congresso foi igualmente anti-democrática: ao invés de propor medidas educativas e inclusivas,¹⁷ o Senado planejou apressar a votação da chamada ‘lei anti-terror’ (PL 728/2011), de autoria dos senadores Marcelo Crivella (PRB-RJ)¹⁸

17 Como lembrado por especialistas ouvidos pelo jornal O Globo (22/06/2013), o vandalismo embutido no movimento, pela natureza mesma dos alvos escolhidos, apontava para a desigualdade e falta de acesso aos bens de consumo como um dos vetores do processos.

18 O mesmo que como deputado pediu e conseguiu a promoção de uma operação GLO

e Ana Amélia (PP-RS), estendendo sua aplicação aos movimentos populares e limitando o direito de greve. Qualquer semelhança com o agitado governo Jango não parece ser mera coincidência.

Para terminar, sem necessariamente concluir, resta repisar que o 31 de março ou 01 de abril é uma data fatídica, até hoje controversa sobre seu significado. O que é, entretanto, sumamente conhecido é que neste dia, há mais de cinquenta anos, a precária democracia brasileira findava seus dias. Desaparecia. No entanto, como disse alguém, o Brasil é um país sem memória, daí porque poucos lembrarem do acontecido para além da Academia. Sem a memória a nos lembrar o que foi aquele período, esqueceremos que os militares deixaram o governo, não necessariamente o poder. A memória é a primeira fenda na densa mata da história, bem como é um dos atalhos que impedem a repetição. Livrar-se da farsa representada pela repetição histórica é, do nosso ponto de vista, o primeiro passo para superar a tragédia do autoritarismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AFONSO, Almino (2014). *1964 na visão do Ministro do Trabalho de João Goulart*. S.P., IMESP.

CHIRIO, Maud (2012). *A política nos quartéis: Revolta e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. R.J., Zahar ed.

COUTINHO, Lourival (1955). *O General Góes depõe*. R.J., Ed. Coelho Brandão.

CUNHA, Paulo Ribeiro da (2010). Militares e a anistia no Brasil: um dueto desarmônico. In: TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo.

_____. (2014). A Comissão Nacional da Verdade e os militares perseguidos: desafios de um passado no tempo presente e futuro. *Acervo*, Revista do Arquivo Nacional. R.J., Arquivo Nacional, pp. 121-136. [Disponível em: <http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/issue/current>].

D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs.). (1997). *Ernesto Geisel*. R.J., FGV.

no Morro da Providência.

D'ARAÚJO, Maria Celina D'Araujo *et. al.* (1994). *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964* (Introdução). R.J., Relume-Dumará.

DREIFUSS, René A. (1981). *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. 3.ed. Petrópolis, Vozes.

FERREIRA, Oliveiros S. (2000). *Vida e morte do partido fardado*. S.P., Ed. Senac.

GASPARI, Elio (2002). *As ilusões armadas*, Vol. 1 A ditadura envergonhada. S.P., Cia. das Letras.

_____. (2003). *As ilusões armadas*, Vol. 2 A ditadura escancarada. S.P., Cia. das Letras.

_____. (2003). O Sacerdote e o feiticeiro, Vol. 3 A ditadura encurralada. S.P., Cia. das Letras.

_____. (2004). O Sacerdote e o feiticeiro, Vol. 4 A ditadura derrotada. S.P., Cia. das Letras.

LÓPEZ, Ernesto J. (1994). *Ni la Ceniza ni la Gloria: Actores, Sistema Político y Cuestión Militar en Los Años de Alfonsín*. Quilmes, ed. UNQui

MARTINS FILHO, João Roberto. (2004). “Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe”. Trabalho apresentado na Sessão “Os caminhos do anticomunismo militar”, do Seminário Internacional *40 anos do golpe de 1964: novos diálogos, novas perspectivas*. São Carlos, UFSCar, 15/06/2004.

O'DONNELL, Guillermo. (1990). *Análise do autoritarismo burocrático*. R.J., Paz e Terra, 1990.

PATTO SÁ MOTTA, Rodrigo. (2004). “O anticomunismo na origem do golpe de 1964”. Trabalho apresentado na Sessão “Os caminhos do anticomunismo militar”, do Seminário Internacional *40 anos do golpe de 1964: novos diálogos, novas perspectivas*. São Carlos, UFSCar, 15/06/2004.

STEPAN, Alfred. (1975). *Os militares na política*. R.J., Artenova, 1975.

TORRES, Sthefane M. (2011). *As Conferências de Ministros da Defesa das Américas: interesses brasileiros versus interesses norte-americanos*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, UNESP (San Tiago Dantas), São Paulo, *digit.*.

WAGLEY, Charles (1971). *An introduction to Brazil*. New York/London, Columbia University Press.

WINAND, Érica C. A.; BIGATÃO, J. P. (2012). *A política brasileira para os direitos humanos e sua inserção nos jornais: a Comissão Nacional da Verdade*.

Texto apresentado no Painel “Observatório de Política Exterior: diplomacia y defensa en la prensa”. Latin American Studies Association (LASA), San Francisco, Califórnia, 23-26/05/2012, 24pp., *digit.*